

*Demonstrações
Financeiras
2016*



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Sistema Cooperativo Sicredi

31 de dezembro de 2016 e 2015

com Relatório dos Auditores Independentes



ÍNDICE

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras combinadas 5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS AUDITADAS

Balancos patrimoniais combinados 7

Demonstrações combinadas dos resultados 11

Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido 12

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas 14

Relatório do Auditor Independente

sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e Associados do
Sistema Cooperativo Sicredi
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sistema Sicredi") (formado pelas empresas relacionadas na nota explicativa nº 2), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Sistema Cooperativo Sicredi em 31 de dezembro de 2016, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 30 de outubro de 2012 e Circular 3.669 do BACEN de 2 de outubro de 2013.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação ao Sistema Sicredi, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - apresentação das demonstrações financeiras combinadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção à nota explicativa nº 2(a), às demonstrações financeiras combinadas do Sistema Cooperativo Sicredi que descreve que estas

demonstrações estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas às atividades do Sistema Cooperativo Sicredi, considerando-se as diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN de 30 de outubro de 2012 e na Circular 3.669 do BACEN de 2 de outubro de 2013, independentemente da disposição de sua estrutura societária, dos aspectos de controle e governança corporativa e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 30 de outubro de 2012 e Circular 3.669 do BACEN de 2 de outubro de 2013.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A administração do Sistema Sicredi é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração do Sistema Sicredi é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Sistema Sicredi continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Sistema Sicredi ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Sistema Sicredi são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimen-

tos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Sistema Sicredi.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Sistema Sicredi. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Sistema Sicredi a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6

Dario Ramos da Cunha

Contador CRC – 1SP214144/O-1

Balanços patrimoniais combinados

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante		50.647.474	39.249.975
Disponibilidades		622.658	538.690
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	14.075.009	11.453.086
Aplicações no mercado aberto		12.726.245	11.037.669
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.308.341	397.314
Aplicações em depósitos de poupança		15	15
Aplicações em moedas estrangeiras		40.408	18.088
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	11.920.239	6.950.631
Carteira própria		8.059.475	5.548.276
Vinculados a operações compromissadas		3.617.112	791.065
Vinculados a prestação de garantias		236.375	546.197
Instrumentos financeiros derivativos	6.C	7.277	65.093
Relações interfinanceiras		869.253	652.703
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.438	6.623
Créditos vinculados		836.975	613.838
Depósitos no Banco Central		836.975	613.838
Correspondentes		28.840	32.242
Operações de crédito	7	21.492.796	18.400.282
Setor privado		22.989.296	19.647.137
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.E	(1.496.500)	(1.246.855)
Outros créditos		1.379.483	1.098.122
Carteira de câmbio		79.376	90.162
Rendas a receber		85.239	127.405
Créditos específicos		13.595	13.232
Negociação e intermediação de valores		65	4.458
Títulos e créditos a receber	7	883.064	638.932
Devedores por compra de valores e bens	7	14.877	10.842

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

Diversos	8	333.701	243.346
Avais e fianças honrados	7	18.589	9.859
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.E	(49.023)	(40.114)
Outros valores e bens	9	288.036	156.461
Não circulante		15.237.368	13.256.995
Realizável a longo prazo		13.797.864	12.126.484
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	2.061.241	2.313.087
Carteira própria		-	752.436
Vinculados a operações compromissadas		817.397	562.370
Vinculados a prestação de garantias		1.243.328	997.670
Instrumentos financeiros derivativos	6.C	516	611
Operações de crédito	7	11.529.141	9.643.420
Setor privado		12.257.882	10.238.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.E	(728.741)	(594.604)
Outros créditos		207.482	169.977
Rendas a receber		3.367	4.489
Títulos e créditos a receber	7	82	65
Devedores por compra de valores e bens	7	22.518	20.263
Diversos	8	183.332	147.338
Avais e fianças honrados	7	152	347
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.E	(1.969)	(2.525)
Permanente		1.439.504	1.130.511
Investimentos		163.317	141.577
Participação em controladas no país	10	156.930	134.584
Outros investimentos	11	6.387	6.993
Imobilizado de uso	12	960.708	720.642
Imobilizações em curso		195.307	127.560
Imóveis de uso		306.017	220.197
Outras imobilizações de uso		978.840	780.511
Depreciação acumulada		(519.456)	(407.626)
Intangível	12	315.479	268.292
Aquisição e desenvolvimento de software		549.740	447.314
Aquisição de folha de pagamento		4.283	-
Amortização acumulada		(238.544)	(179.022)
Total do ativo		65.884.842	52.506.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Balanços patrimoniais combinados

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015
Circulante		23.238.002	19.799.579
Depósitos	13	17.872.257	14.184.168
Depósitos à vista		5.779.634	4.608.505
Depósitos de poupança		6.876.587	5.139.865
Depósitos interfinanceiros		3.345.108	2.829.378
Depósitos a prazo		1.870.928	1.606.420
Captações no mercado aberto	13	493.375	1.514.623
Carteira própria		620	52.917
Carteira de terceiros		492.755	1.461.706
Recursos de aceites e emissão de títulos		499.776	183.022
Recursos de letras de crédito do agronegócio		256.723	183.022
Obrigações por emissão de letras financeiras		243.053	-
Relações interfinanceiras		870	302
Recebimentos e pagamentos a liquidar		870	302
Relações interdependências		147.868	120.766
Recursos em trânsito de terceiros		147.577	119.102
Transferência interna de recursos		291	1.664
Obrigações por empréstimos	14	280.075	708.181
Empréstimos no País		13.348	156.005
Empréstimos no exterior		266.727	552.176
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	1.185.348	1.009.460
Tesouro Nacional		-	150
Banco do Brasil		30.069	19.963
BNDES		788.530	573.378
FINAME		366.749	415.969
Instrumentos financeiros derivativos		-	437
Instrumentos financeiros derivativos		-	437

CONTINUA »

Outras obrigações		2.758.433	2.078.620
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.600	5.334
Carteira de câmbio	15.A	37.132	24.446
Sociais e estatutárias		372.571	187.811
Fiscais e previdenciárias		149.113	123.005
Negociação e intermediação de valores		264	10.549
Dívida subordinada	15.B	10.230	10.404
Diversas	15.C	2.181.523	1.717.071
Não circulante		31.530.482	24.331.495
Exigível a longo prazo		31.530.482	24.331.495
Depósitos	13	25.001.231	18.432.437
Depósitos interfinanceiros		345.606	-
Depósitos a prazo		24.655.625	18.432.437
Captações no mercado aberto	13	765.644	623.319
Carteira própria		765.644	623.319
Recursos de aceites e emissão de títulos		4.137	210.941
Obrigações por emissão de letras financeiras		4.137	210.941
Obrigações por empréstimos	14	173.800	-
Empréstimos no exterior		173.800	-
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	14	5.320.578	4.884.504
Banco do Brasil		156.438	84.484
BNDES		3.482.888	2.996.388
FINAME		1.681.252	1.803.632
Instrumentos financeiros derivativos		-	94
Instrumentos financeiros derivativos		-	94
Outras obrigações		265.092	180.200
Fiscais e previdenciárias		28	323
Dívida subordinada	15.B	99.675	99.675
Diversas	15.C	165.389	80.202
Participação de acionistas não controladores		327.044	299.784
Participação de acionistas não controladores	17	327.044	299.784
Patrimônio líquido	18	10.789.314	8.076.112
Capital social	18.A	5.656.234	4.108.683
Reservas de lucros		4.662.343	3.712.135
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.079)	(539)
Lucros acumulados		471.816	255.833
Total do passivo e do patrimônio líquido		65.884.842	52.506.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Demonstrações combinadas dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016 2º Semestre	2016 Exercício	2015 Exercício
Receitas da intermediação financeira		5.657.366	10.703.012	8.655.184
Operações de crédito		3.723.346	7.120.631	6.035.956
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.C	10.704	11.664	30.961
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.892.111	3.515.355	2.506.886
Resultado de operações de câmbio		-	-	36.530
Resultado de aplicações compulsórias		31.205	55.362	44.851
Despesas da intermediação financeira		(2.831.815)	(5.364.596)	(4.591.172)
Operações de captação no mercado		(2.086.817)	(3.963.531)	(2.999.724)
Operações de empréstimos e repasses		(78.515)	(52.087)	(328.603)
Resultado de operações de câmbio		4.240	(462)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.E	(670.723)	(1.348.516)	(1.262.845)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.825.551	5.338.416	4.064.012
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.612.973)	(3.016.365)	(2.288.125)
Receitas de prestação de serviços	22	682.422	1.293.285	1.115.992
Despesas de pessoal		(1.022.819)	(1.906.567)	(1.527.565)
Outras despesas administrativas	23	(868.028)	(1.652.754)	(1.332.657)
Despesas tributárias		(32.122)	(71.439)	(60.599)
Resultado de participações em controladas	10	6.507	19.346	15.972
Outras receitas operacionais	24	406.248	559.823	295.235
Outras despesas operacionais	25	(785.181)	(1.258.059)	(794.503)
Resultado operacional		1.212.578	2.322.051	1.775.887
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		1.212.578	2.322.051	1.775.887
Imposto de renda e contribuição social	19.A	(4.131)	(85.822)	(91.195)
Imposto de renda		(3.683)	(51.028)	(54.061)
Contribuição social		(6.730)	(41.228)	(36.386)
Créditos fiscais diferidos líquidos		6.282	6.434	(748)
Participações nos lucros		(117.614)	(216.576)	(195.598)
Participação dos acionistas não controladores		(33.630)	(62.698)	(51.107)
Lucro líquido do semestre/exercício		1.057.203	1.956.955	1.437.987
Juros sobre o capital próprio	18.B	(434.621)	(452.726)	(272.853)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial de lucros	Outras reservas			
Saldos em 31 de dezembro de 2014		3.502.191	2.843.069	40.173	1.410	(877)	286.821	6.672.787
Destinação resultado exercício anterior								
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	-	-	(294.298)	(294.298)
Destinações para reservas		-	76.258	-	50	-	(76.308)	-
Reversão reserva legal/absorção perdas	18.B	-	(11.993)	-	-	-	11.993	-
Outras destinações		-	1.586	-	323	-	56.283	58.192
Aumento de capital	18.A	495.848	-	-	-	-	-	495.848
Baixas de capital	18.A	(160.013)	-	-	-	-	-	(160.013)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	338	-	338
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.437.987	1.437.987
Destinações do lucro								
Destinações FATES		-	-	-	-	-	(64.571)	(64.571)
Destinações para reservas		-	737.921	63.744	-	-	(801.665)	-
Juros sobre o capital próprio	18.B	268.953	-	-	-	-	(272.853)	(3.900)
Dividendos		-	-	(40.173)	-	-	(27.744)	(67.917)
Filiação de cooperativa ao Sistema	2.D	3.588	392	-	-	-	97	4.077
Desfiliação de cooperativa do Sistema	2.D	(1.887)	(625)	-	-	-	91	(2.421)
Incorporação de cooperativa		3	-	-	-	-	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2015		4.108.683	3.646.608	63.744	1.783	(539)	255.833	8.076.112
Destinação resultado exercício anterior								
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	-	-	(381.362)	(381.362)
Destinações para reservas		-	95.486	-	301	-	(95.787)	-
Reversão reserva legal/absorção perdas	18.B	-	(48.584)	-	-	-	48.584	-
Outras destinações		-	(16.358)	-	(2.470)	-	122.008	103.180
Aumento de capital	18.A	720.908	-	-	-	-	(176)	720.732
Baixas de capital	18.A	(359.030)	-	-	-	-	-	(359.030)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	(540)	-	(540)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.956.955	1.956.955
Destinações do lucro								
Destinações FATES		-	-	-	-	-	(82.291)	(82.291)
Destinações para reservas		-	877.090	-	1.078	-	(878.168)	-
Juros sobre o capital próprio	18.B	314.532	-	-	-	-	(452.726)	(138.194)
Dividendos		-	-	(63.744)	-	-	(100.989)	(164.733)
Filiação de cooperativa ao Sistema	2.D	882.977	103.716	-	4.848	-	78.966	1.070.507
Desfiliação de cooperativa do Sistema	2.D	(11.836)	(1.155)	-	-	-	969	(12.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		5.656.234	4.656.803	-	5.540	(1.079)	471.816	10.789.314
Saldos em 30 de junho de 2016		5.262.389	3.783.382	-	6.796	(798)	847.708	9.899.477
Destinação resultado exercício anterior								
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	-	-	(1.234)	(1.234)
Outras destinações		-	-	-	(2.334)	-	60.470	58.136
Aumento de capital	18.A	327.692	-	-	-	-	-	327.692
Baixas de capital	18.A	(238.949)	-	-	-	-	-	(238.949)
Ajustes ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	(281)	-	(281)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	1.057.203	1.057.203
Destinações do lucro								
Destinações FATES		-	-	-	-	-	(82.291)	(82.291)
Destinações para reservas		-	874.528	-	1.078	-	(875.606)	-
Juros sobre o capital próprio	18.B	314.532	-	-	-	-	(434.621)	(120.089)
Dividendos		-	-	-	-	-	(100.989)	(100.989)
Desfiliação de cooperativa do Sistema	2.D	(9.430)	(1.107)	-	-	-	1.176	(9.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		5.656.234	4.656.803	-	5.540	(1.079)	471.816	10.789.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016 2º Semestre	2016 Exercício	2015 Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		1.061.334	2.042.777	1.529.182
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos				
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		(7.917)	(9.238)	(337)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.E	670.723	1.348.516	1.262.845
Depreciações e amortizações	23	84.724	159.227	125.928
Perda na alienação de imobilizado		12.167	17.037	12.396
Provisão para passivos e litígios	16	28.376	52.597	33.927
Juros sobre dívida subordinada	15.B	10.953	21.744	20.571
Resultado de participações em controladas	10	(6.507)	(19.346)	(15.972)
Equivalência patrimonial de outros investimentos		-	(11)	(43)
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício		1.853.853	3.613.303	2.968.497
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(400.202)	(2.049.819)	1.019.458
(Aumento) em TVM e instrumentos financeiros derivativos		(2.597.571)	(4.709.055)	(3.638.320)
Redução (aumento) em depósitos compulsórios no BACEN		(156.056)	(223.137)	39.005
Redução (aumento) em relações interfinanceiras e relações interdependências		(58.125)	34.257	18.658
(Aumento) em operações de crédito		(4.920.109)	(6.326.751)	(2.913.478)
(Aumento) em outros créditos		(167.350)	(318.866)	(274.155)
(Aumento) em outros valores e bens		(77.578)	(131.575)	(79.857)
Aumento em depósitos		2.737.128	10.256.883	3.541.353
(Redução) em captações no mercado aberto		(543.170)	(878.923)	(80.985)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		448.953	357.656	940.686
Aumento em outras obrigações		450.343	551.457	444.694
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) operações		(3.429.884)	175.430	1.985.556
Impostos de renda e contribuição social pagos		(25.201)	(97.080)	(85.083)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais		(3.455.085)	78.350	1.900.473
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível		(20.981)	(96.019)	(123.521)
Aquisição de imobilizado de uso		(162.587)	(367.498)	(248.570)
Integralização de capital em empresas controladas		(2.000)	(3.000)	(3.000)
Aquisição de outros investimentos		-	(225)	(52)
Redução do capital de investida		826	837	6.735
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(184.742)	(465.905)	(368.408)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dívida subordinada		(10.890)	(21.918)	(18.214)
Aumento de capital		327.704	490.534	269.693
Baixas de capital		(238.949)	(359.030)	(160.013)
Ajustes patrimoniais		(281)	(540)	338
Dividendos pagos		(1.246)	(151.164)	(68.143)
Participações dos acionistas não controladores		(29.464)	27.260	44.543
Filiação de cooperativa ao Sistema	2.D	-	1.070.507	4.077
Desfiliação de cooperativa do Sistema	2.D	(9.361)	(12.022)	(2.421)
Incorporação de cooperativa		-	-	3
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		37.513	1.043.627	69.863
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(3.602.314)	656.072	1.601.928
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		15.216.207	10.957.821	9.355.893
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	11.613.893	11.613.893	10.957.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi" ou "Sistema") é integrado por 118 cooperativas de crédito filiadas ("Cooperativas") de primeiro grau, que operam com uma rede de 1.523 pontos de atendimento. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais ("Centrais") – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco"), que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

Com 3,4 milhões de associados em todo o país, o Sicredi é uma instituição financeira cooperativa feita por pessoas para pessoas. Presente em 20 estados brasileiros, promove o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades onde atua, operando com crescimento sustentável. Tem como diferencial um modelo de gestão que valoriza a participação, no qual os sócios votam e decidem sobre os rumos da sua cooperativa de crédito.

O Sistema, através do Banco firmou acordo de investimento em 07 de junho de 2011 com o Rabo Development B.V. ("RFID"), braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sicredi e o Sistema Rabobank. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011. Em 31 de dezembro de 2016 o RFID participa com 23,98 % do capital do Banco.

Em outubro de 2012, o Sistema através do Banco firmou acordo de investimento com a International Finance Corporation ("IFC"), membro do Banco Mundial e instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. A parceria visa contribuir para o desenvolvimento do Sicredi. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Bacen em 24 de maio de 2013. Em 31 de dezembro de 2016 a IFC participa com 3,15 % do capital do Banco.

A aprovação destas demonstrações financeiras combinadas foi dada pela Diretoria Executiva do Banco em 27 de março de 2017.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas

a) Apresentação das demonstrações financeiras combinadas ("Combinado")

As demonstrações financeiras combinadas do Sicredi, que são de responsabilidade das Administrações das instituições integrantes do Sistema, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Sistema, independentemente da disposição de sua estrutura societária, dos aspectos de controle e governança corporativa e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras estabelecidas pelo Bacen e Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Dessa forma, tais demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, bem como não podem ser tomadas por base para

fins de cálculo de dividendos, avaliação de desempenho, impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários.

As demonstrações financeiras combinadas dos Sistemas Cooperativos foram facultadas pelo CMN e Bacen através da Resolução nº 4.151/12 e da Circular nº 3.669/13, as quais possibilitam às instituições que compõem os Sistemas Cooperativos a divulgação de suas Demonstrações Financeiras de forma combinada e estabelecem procedimentos para a elaboração e divulgação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPCs 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25 e 33), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

b) Critérios de combinação

Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das instituições participantes da combinação, bem como eliminados os saldos resultantes de operações realizados entre as instituições.

c) Relação das instituições incluídas nas demonstrações financeiras combinadas

De acordo com a Resolução nº 4.151/12 do CMN o sistema cooperativo é o conjunto formado por cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de crédito e banco cooperativos, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

Em 02 de outubro de 2013, o Bacen definiu, através do artigo 6º da Circular nº 3.669/13, que devem integrar o Balancete Combinado do Sistema Cooperativo todos os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do sistema cooperativo combinado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

As entidades que compõem o Sistema são responsáveis individualmente pela condução de suas atividades de acordo com seu objeto social, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

Diante disso o Sicredi considerou as seguintes entidades em suas demonstrações financeiras combinadas:

Banco Cooperativo Sicredi S.A.: instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do CMN teve seu funcionamento autorizado pelo Bacen em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. O Banco tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema, atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo;

Cooperativas Centrais de Crédito: instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida a legislação pertinente, aos atos regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sicredi;

Cooperativas de Crédito Singulares: instituição financeira não bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, devendo ser filiada a Cooperativas Centrais de Crédito;

Fundos de investimento: os fundos de investimento incluídos no combinado, em atendimento ao artigo 6º da Circular nº 3.669/13 do Bacen, foram:

- Fundo Multimercado Centrais Sicredi;
- Fundo de Investimento em Ações Sicredi (encerrado em 9 de outubro de 2015);
- Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado UBR II (encerrado em 22 de abril de 2016);
- Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado Absolute III (incorporado pelo Fundo de investimento em Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV em 10 de maio de 2016);

- Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV;
- Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado Centrais Unicred (vinculado à filiação da Central Sicredi Norte Nordeste e Cooperativas singulares a ela filiadas);
- Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Liquidez;
- Fundo de Investimento de Renda Fixa Crédito Privado Cooperativas Sicredi (constituído em 9 de setembro de 2014, iniciando suas atividades em 22 de fevereiro de 2016).

Os fundos de investimento Absolute IV e Liquidez, anteriormente não inclusos na combinação

dos balanços, passaram a ser apresentados de forma combinada a partir do exercício de 2016, em função da retenção substancial dos riscos e benefícios.

As demais entidades do Sicredi, segundo estabelecido pela Resolução nº 4.151/12 do CMN e Circular nº 3.669/13 do Bacen, não foram incluídas nestas demonstrações financeiras combinadas, sendo apresentadas através da participação societária. O detalhamento destas entidades é demonstrado nas notas explicativas 10 e 11.

A composição analítica das participações dos associados do Sistema nas instituições incluídas nas demonstrações financeiras combinadas é conforme segue:

Nome Fantasia	UF	Participação		Ativo Total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Banco Cooperativo Sicredi	RS	72,87%	74,67%	40.223.543	31.499.153	1.205.321	1.172.706	106.304	116.816
Central Sicredi Sul	RS	100,00%	100,00%	11.148.803	9.868.706	361.513	352.655	-	-
Central Sicredi PR/SP/RJ	PR	100,00%	100,00%	6.441.057	5.060.123	161.330	155.966	-	-
Central Sicredi Norte/Nordeste	PB	100,00%	-	2.256.192	-	132.984	-	1.976	-
Central Sicredi Centro Norte	MT	100,00%	100,00%	3.084.685	2.490.404	122.111	121.225	999	1.194
Central Sicredi Brasil Central	GO	100,00%	100,00%	1.373.587	998.237	35.663	34.580	615	1.301
Sicredi Ouro Verde MT	MT	100,00%	100,00%	1.632.483	1.819.431	434.630	372.123	59.289	45.099
Sicredi Região dos Vales RS	RS	100,00%	100,00%	1.469.131	1.265.111	300.270	242.418	50.001	41.210
Sicredi Pioneira RS	RS	100,00%	100,00%	1.941.372	1.610.805	299.152	263.404	31.895	33.818
Sicredi João Pessoa	PB	100,00%	-	1.006.995	-	297.591	-	31.488	-
Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ	PR	100,00%	100,00%	1.777.885	1.460.384	277.902	231.922	41.376	31.006
Sicredi União RS	RS	100,00%	100,00%	1.592.881	1.337.379	277.144	230.892	43.818	29.927
Sicredi Pampa Gaúcho	RS	100,00%	100,00%	915.466	769.483	274.626	229.752	42.933	35.873
Sicredi Centro Sul MS	MS	100,00%	100,00%	1.211.799	979.133	273.595	219.762	51.732	38.135
Sicredi Celeiro do MT	MT	100,00%	100,00%	1.249.862	1.052.980	269.695	221.229	48.703	35.964
Sicredi União PR/SP	PR	100,00%	100,00%	2.064.477	1.722.210	260.236	226.662	22.009	8.315
Sicredi Planalto RS/SC	RS	100,00%	100,00%	1.113.493	1.022.098	255.691	205.259	63.320	57.579
Sicredi Univales MT/RO	MT	100,00%	100,00%	604.933	592.095	227.447	189.212	36.920	35.242
Sicredi Região Centro	RS	100,00%	100,00%	1.118.341	1.003.972	216.133	191.201	28.411	29.100
Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP	PR	100,00%	100,00%	1.381.205	1.209.352	206.090	181.732	22.498	32.049
Sicredi Sudoeste MT	MT	100,00%	100,00%	806.091	585.287	194.002	141.410	30.722	17.409
Sicredi Serrana RS	RS	100,00%	100,00%	1.462.489	1.216.513	193.700	156.613	33.527	29.373
Sicredi Norte MT	MT	100,00%	100,00%	718.759	641.517	183.497	141.429	28.098	33.746
Sicredi Araxingu	MT	100,00%	100,00%	812.773	746.619	178.368	162.799	19.728	24.577
Sicredi Noroeste RS	RS	100,00%	100,00%	729.331	647.843	175.813	149.532	30.927	27.633
Sicredi Alto Uruguai RS/SC	RS	100,00%	100,00%	811.869	683.206	167.030	144.166	24.803	22.343
Sicredi Norte RS/SC	RS	100,00%	100,00%	1.173.527	962.104	156.546	125.976	28.113	17.794

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

Nome Fantasia	UF	Participação		Ativo Total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sicredi Centro Serra RS	RS	100,00%	100,00%	643.984	559.864	153.727	130.260	19.870	15.211
Sicredi das Culturas RS	RS	100,00%	100,00%	686.381	556.519	153.012	126.677	30.698	23.200
Sicredi Fronteiras PR/SC/SP	PR	100,00%	100,00%	744.522	629.557	152.178	132.512	16.021	20.885
Sicredi Ouro Branco RS	RS	100,00%	100,00%	848.742	733.202	150.453	126.114	19.596	16.812
Sicredi Campos Gerais PR/SP	PR	100,00%	100,00%	1.220.261	836.912	146.654	109.641	28.215	21.130
Sicredi Vale do Jaguari RS	RS	100,00%	100,00%	472.244	439.631	146.060	121.516	23.906	22.726
Sicredi Vale do Taquari RS	RS	100,00%	100,00%	713.434	639.511	144.010	121.599	24.089	23.241
Sicredi Altos da Serra RS/SC	RS	100,00%	100,00%	741.583	673.892	135.851	112.589	26.418	23.984
Sicredi Alagoas	AL	100,00%	-	438.068	-	135.759	-	8.372	-
Sicredi Integração Rota das Terras RS	RS	100,00%	100,00%	563.532	516.567	135.704	115.127	16.749	16.113
Sicredi Ibiraiaras RS	RS	100,00%	100,00%	774.833	665.129	133.702	113.051	24.641	28.506
Sicredi Botucaraí RS	RS	100,00%	100,00%	586.754	543.384	129.907	110.081	15.347	15.376
Sicredi Iguazu PR/SC/SP	PR	100,00%	100,00%	612.203	507.201	128.536	98.757	26.318	16.570
Sicredi Zona Sul RS	RS	100,00%	100,00%	653.570	567.318	125.383	104.436	17.427	13.005
Sicredi Aliança PR/SP	PR	100,00%	100,00%	561.309	485.532	116.490	100.296	14.517	14.037
Sicredi União MS/TO	MS	100,00%	100,00%	632.534	459.768	116.096	96.888	11.728	22.030
Sicredi Vale do Cerrado	MT	100,00%	100,00%	550.643	559.226	109.096	103.469	4.568	15.404
Sicredi Ceará Centro Norte	CE	100,00%	-	584.312	-	106.077	-	7.605	-
Sicredi Sul MT	MT	100,00%	100,00%	485.190	518.511	102.933	95.861	8.763	8.530
Sicredi Espumoso RS	RS	100,00%	100,00%	344.886	326.393	102.628	82.600	16.880	15.483
Sicredi Aliança RS/SC	RS	100,00%	100,00%	596.659	509.015	102.282	87.570	14.665	13.862
Sicredi Celeiro Centro-Oeste	MS	100,00%	100,00%	466.784	378.566	95.286	67.712	19.334	12.406
Sicredi Vale do Rio Pardo RS	RS	100,00%	100,00%	549.640	453.763	91.278	75.068	14.154	12.417
Sicredi Região da Produção	RS	100,00%	100,00%	540.907	471.118	89.938	71.656	11.696	9.118
Sicredi Noroeste MT e Acre	MT	100,00%	100,00%	375.340	340.134	87.193	67.771	17.682	14.111
Sicredi Agroempresarial PR/SP	PR	100,00%	100,00%	631.161	476.052	86.910	69.671	13.033	10.924
Sicredi Celeiro RS/SC	RS	100,00%	100,00%	440.283	379.766	85.866	73.524	12.407	11.019
Sicredi Estação RS	RS	100,00%	100,00%	300.696	281.832	84.435	68.646	16.133	13.802
Sicredi Alto Jacuí RS	RS	100,00%	100,00%	363.677	342.062	84.149	69.118	12.739	10.585
Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP	PR	100,00%	100,00%	501.331	415.328	83.802	71.194	10.558	8.621
Sicredi Nossa Terra PR/SP	PR	100,00%	100,00%	481.803	410.637	81.278	70.959	6.604	5.895
Sicredi Progresso PR/SP	PR	100,00%	100,00%	403.944	328.879	79.045	67.425	7.270	6.867
Sicredi Integração de Estados RS/SC	RS	100,00%	100,00%	506.949	428.192	78.405	63.271	11.258	9.365
Sicredi Pantanal MS	MS	100,00%	100,00%	291.572	219.540	75.590	57.081	17.287	12.877
Sicredi Natal	RN	100,00%	-	374.671	-	74.064	-	10.872	-
Sicredi Recife	PE	100,00%	-	364.731	-	71.451	-	8.300	-
Sicredi Rio	RJ	100,00%	100,00%	333.727	361.058	71.138	68.475	4.603	171
Sicredi Campo Grande MS	MS	100,00%	100,00%	364.802	268.274	68.386	55.685	7.820	570
Sicredi Centro Sul PR/SC	PR	100,00%	100,00%	408.345	328.994	67.815	53.427	10.583	7.055
Sicredi Fronteira Sul RS	RS	100,00%	100,00%	398.854	340.138	67.107	58.158	4.966	6.748

CONTINUA »

Nome Fantasia	UF	Participação		Ativo Total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sicredi Planalto das Águas PR/SP	PR	100,00%	100,00%	301.523	254.798	66.929	56.573	8.508	9.566
Sicredi Grandes Lagos PR/SP	PR	100,00%	100,00%	270.925	261.897	63.734	56.620	4.776	6.574
Sicredi Centro Leste RS	RS	100,00%	100,00%	451.517	391.097	62.761	51.803	6.532	1.489
Sicredi Creduni	PB	100,00%	-	179.578	-	61.700	-	9.005	-
Sicredi Norte Sul PR/SP	PR	100,00%	100,00%	375.222	337.821	57.259	50.061	5.325	5.429
Sicredi Planalto Central	GO	100,00%	100,00%	333.544	234.961	51.475	42.976	5.762	3.819
Sicredi Rio Paraná PR/SP	PR	100,00%	100,00%	301.658	245.778	50.304	42.048	1.866	3.884
Sicredi Grande Palmeira RS	RS	100,00%	100,00%	201.948	194.855	48.663	42.040	5.218	4.548
Pernambucred	PE	100,00%	-	226.929	-	48.386	-	4.314	-
Sicredi União Metropolitana RS	RS	100,00%	100,00%	533.770	472.657	46.915	40.162	5.392	581
Sicredi Aracaju	SE	100,00%	-	187.713	-	44.595	-	3.724	-
Sicredi Norte SC	SC	100,00%	100,00%	308.927	208.518	44.567	32.586	7.371	4.172
Sicredi Centro Paraibana	PB	100,00%	-	171.536	-	41.117	-	2.842	-
Sicredi Centro Oeste SP	SP	100,00%	100,00%	261.441	127.203	41.009	17.694	8.056	976
Sicredi Paranapanema PR/SP	PR	100,00%	100,00%	275.568	280.894	39.858	39.095	1.810	(8.143)
Sicredi Centro Pernambucana	PE	100,00%	-	122.957	-	37.700	-	3.301	-
Sicredi Vale Litoral SC	SC	100,00%	100,00%	304.036	222.895	37.652	27.214	6.052	1.347
Sicredi Integração PR/SC	PR	100,00%	100,00%	368.407	293.147	36.147	30.283	4.355	2.933
Sicredi Região Sul Da Bahia	BA	100,00%	-	101.095	-	35.413	-	2.355	-
Sicredi Juriscred	AL	100,00%	-	107.802	-	34.743	-	4.183	-
Sicredi Nordeste RS	RS	100,00%	100,00%	305.487	269.988	32.575	32.192	2.713	766
Sicredi Belém	PA	100,00%	-	144.039	-	31.858	-	2.753	-
Sicredi Sul SC	SC	100,00%	100,00%	264.916	190.335	30.351	22.823	5.172	1.408
Sicredi Capal PR/SP	PR	100,00%	100,00%	299.783	233.579	29.921	23.751	3.973	1.871
Sicredi Vale do Ivaí PR	PR	100,00%	100,00%	180.730	158.037	28.384	23.962	3.405	2.773
Sicredi Sudoeste GO	GO	100,00%	100,00%	145.516	98.216	28.035	21.132	3.554	-4.098
Sicredi Credsuper	RN	100,00%	-	105.610	-	27.904	-	3.025	-
Sicredi Vale do São Francisco	PE	100,00%	-	73.757	-	24.610	-	1.369	-
Sicredi Cariri	CE	100,00%	-	90.693	-	24.481	-	1.107	-
Sicredi Salvador	BA	100,00%	-	38.054	-	23.323	-	822	-
Sicredi Nordeste PA	PA	100,00%	100,00%	124.664	95.496	21.999	20.023	7	6
Sicredi Centro Norte SP	SP	100,00%	100,00%	142.654	108.012	17.046	16.738	1.000	1.320
Sicredi Noroeste SP	SP	100,00%	100,00%	131.464	120.230	15.863	15.806	809	1.908
Sicredi Alta Noroeste SP	SP	100,00%	100,00%	89.138	59.190	14.597	11.712	1.739	1.123
Sicredi Ajuris	RS	100,00%	100,00%	165.608	130.346	14.376	13.131	2.458	1.904
Sicredi Alto Sertão Paraibano	PB	100,00%	-	53.811	-	12.001	-	389	-
Sicredi Força dos Ventos SP	SP	100,00%	100,00%	85.746	85.184	11.972	13.517	(1.322)	1.975
Sicredi Federalcred NE	PB	100,00%	-	23.139	-	11.866	-	206	-
Sicredi Coomamp	MA	100,00%	-	24.892	-	10.178	-	483	-
Sicredi Piauí	PI	100,00%	-	58.687	-	9.785	-	174	-
Sicredi Crateús	CE	100,00%	-	27.371	-	9.144	-	301	-

» CONTINUAÇÃO

Nome Fantasia	UF	Participação		Ativo Total		Patrimônio Líquido		Resultado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sicredi Mil	RS	100,00%	100,00%	47.399	42.187	8.905	7.998	1.310	1.244
Sicredi Mossoró	RN	100,00%	-	50.572	-	8.304	-	(910)	-
Sicredi Credjuris	PR	100,00%	100,00%	133.322	112.027	7.463	6.538	609	154
Sicredi MP	RS	100,00%	100,00%	47.331	39.577	7.082	6.797	980	870
Sicredi Cooperucs	RS	100,00%	100,00%	24.717	21.131	6.520	5.719	752	632
Sicredi Centro Oeste GO	GO	100,00%	100,00%	33.997	24.892	5.969	4.739	688	123
Sicredi Cooperjuris	CE	100,00%	-	28.143	-	5.613	-	328	-
Sicredi Medicred PR	PR	100,00%	100,00%	35.878	34.704	4.966	4.145	524	545
Sicredi Sincocred PR	PR	100,00%	100,00%	29.427	21.517	3.808	2.728	957	452
Sicredi Credenoreg PR	PR	100,00%	100,00%	35.876	31.080	3.652	2.636	961	688
Sicredi São Carlos SP	SP	100,00%	100,00%	18.010	14.682	3.392	3.118	183	447
Sicredi São Luís	MA	100,00%	-	14.867	-	3.357	-	587	-
Sicredi Saudecred	AL	100,00%	-	4.135	-	2.748	-	71	-
Sicredi Pol RS	RS	100,00%	100,00%	19.234	17.954	2.748	2.344	456	163
Sicredi Sul do Maranhão	MA	100,00%	-	20.043	-	2.031	-	10	-
Sicredi Coaabcred RS	RS	100,00%	100,00%	13.380	9.212	1.221	1.013	15	312
Fundo Renda Fixa Curto Prazo Liquidez	RS	100,00%	-	11.597.889	-	11.597.880	-	1.460.215	-
Fundo Multimercado Centrais Sicredi	RS	100,00%	100,00%	8.059.845	6.430.842	8.059.569	6.419.329	983.740	735.906
Fundo de Renda Fixa Centrais Unicred	RS	100,00%	-	1.609.000	-	1.608.566	-	173.259	-
Fundo Renda Fixa Cooperativas Sicredi	RS	100,00%	-	1.102.137	-	1.102.020	-	84.041	-
Fundo Renda Fixa Absolute IV	RS	100,00%	-	266.708	-	266.550	-	72.188	-
Fundo de Renda Fixa UBR II	RS	-	-	-	-	-	-	6.149	-
Fundo de Investimento em Ações Sicredi	RS	-	100,00%	-	-	-	-	-	(36)
Sicredi Carajás PA	PA	-	100,00%	-	154.573	-	29.176	(11.808)	222
Sicredi Centro Paulista SP	SP	-	100,00%	-	76.364	-	13.101	112	667
Sicredi Grande São Paulo SP	SP	-	100,00%	-	49.640	-	10.635	(1.176)	216
Sicredi Nova Alta Paulista SP	SP	-	100,00%	-	17.200	-	2.560	(85)	71
Sicredi Justiça	RS	-	-	-	-	-	-	-	(46)
Sicredi União Cerrado	TO	-	-	-	-	-	-	-	(10.249)
Sicredi Fetcoop SP	SP	-	-	-	-	-	-	-	(501)
Sicredi Integração	GO	-	-	-	-	-	-	-	(70)
Total				142.831.655	100.368.326	35.481.314	16.349.028	4.382.937	2.024.100

d) Instituições incluídas ou excluídas do Sistema

As incorporações decorrem de decisão dos associados das cooperativas envolvidas e visam ampliar a capacidade operacional das mesmas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes incorporações entre cooperativas do Sistema:

Incorporadora	Incorporada	Data-base	Patrimônio Líquido	Resultado
Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP	Sicredi Fetcoop SP	03/2015	1.439	(501)
Sicredi Planalto Central	Sicredi Integração	03/2015	2.948	(70)
Sicredi União MS/TO	Sicredi União Cerrado	06/2015	1.501	(10.249)
Sicredi Sudoeste MT	Sicredi Carajás PA	10/2016	17.453	(11.808)
Sicredi Centro Oeste SP	Sicredi Centro Paulista SP	11/2016	13.675	112
Sicredi Centro Oeste SP	Sicredi Nova Alta Paulista SP	11/2016	2.469	(85)

As demonstrações combinadas de resultado e dos fluxos de caixa compreendem as operações das cooperativas incorporadas apenas para o período em que estavam ativas.

Em 03 de março de 2016 foi concluída a filiação da Central Unicred Norte/Nordeste ao Sistema, passando a denominar-se Central Sicredi Norte/Nordeste, conforme Diário Oficial da União de 07 de março de 2016. Juntamente com a Cooperativa Central, foram incorporadas ao Sistema 26 Cooperativas Singulares.

No primeiro semestre de 2015 houve a filiação da Cooperativa Credcontábil ao Sistema, passando a denominar-se Sicredi Centro Oeste GO.

No segundo semestre de 2015 houve a desfiliação da Cooperativa Sicredi Justiça do Sistema.

No segundo semestre de 2016 houve a constituição da Cooperativa Sicredi Sul do Maranhão, filiada ao Sistema.

No segundo semestre de 2016 houve a desfiliação da Cooperativa Sicredi Grande São Paulo SP do Sistema.

e) Eliminações entre instituições do Sistema

	Aglutinado		Eliminações		Combinado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativo						
Circulante e realizável a longo prazo	139.741.354	97.784.518	(75.296.016)	(46.408.059)	64.445.338	51.376.459
Disponibilidades	622.716	538.860	(58)	(170)	622.658	538.690
Aplicações interfinanceiras de liquidez	32.199.197	15.162.720	(18.124.188)	(3.709.634)	14.075.009	11.453.086
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	36.936.798	24.527.520	(22.955.318)	(15.263.802)	13.981.480	9.263.718
Relações interfinanceiras	23.738.474	17.977.329	(22.869.221)	(17.324.626)	869.253	652.703
Operações de crédito	42.788.651	36.877.174	(9.766.714)	(8.833.472)	33.021.937	28.043.702
Outros créditos	3.166.068	2.541.181	(1.579.103)	(1.273.082)	1.586.965	1.268.099
Outros valores e bens	289.450	159.734	(1.414)	(3.273)	288.036	156.461
Permanente	3.090.301	2.583.808	(1.650.797)	(1.453.297)	1.439.504	1.130.511
Investimentos	1.814.114	1.594.874	(1.650.797)	(1.453.297)	163.317	141.577
Imobilizado de uso	960.708	720.642	-	-	960.708	720.642
Intangível	315.479	268.292	-	-	315.479	268.292
Total do ativo	142.831.655	100.368.326	(76.946.813)	(47.861.356)	65.884.842	52.506.970
Passivo						
Circulante e exigível a longo prazo	107.350.341	84.019.298	(52.581.857)	(39.888.224)	54.768.484	44.131.074
Depósitos	45.117.159	35.221.567	(2.243.671)	(2.604.962)	42.87.488	32.616.605
Captações no mercado aberto	17.139.593	11.446.527	(15.880.574)	(9.308.585)	1.259.019	2.137.942
Recursos de aceites e emissão de títulos	503.914	393.963	(1)	-	503.913	393.963
Relações interfinanceiras	31.908.305	25.567.498	(31.907.435)	(25.567.196)	870	302
Relações interdependências	147.868	120.766	-	-	147.868	120.766
Obrigações por empréstimos	1.404.802	1.716.661	(950.927)	(1.008.480)	453.875	708.181
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	6.505.926	5.893.964	-	-	6.505.926	5.893.964
Instrumentos financeiros derivativos	-	531	-	-	-	531
Outras obrigações	4.622.774	3.657.821	(1.599.249)	(1.399.001)	3.023.525	2.258.820
Participação de acionistas não controladores	327.044	299.784	-	-	327.044	299.784
Patrimônio líquido	35.154.270	16.049.244	(24.364.956)	(7.973.132)	10.789.314	8.076.112
Total do passivo e do patrimônio líquido	142.831.655	100.368.326	(76.946.813)	(47.861.356)	65.884.842	52.506.970
Demonstrações do resultado						
Receitas da intermediação financeira	16.455.179	11.709.007	(5.752.167)	(3.053.823)	10.703.012	8.655.184
Despesas da intermediação financeira	(8.340.981)	(6.912.063)	2.976.385	2.320.891	(5.364.596)	(4.591.172)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.976.137)	(2.213.198)	(40.228)	(74.927)	(3.016.365)	(2.288.125)
Imposto de renda e contribuição social	(85.822)	(91.195)	-	-	(85.822)	(91.195)
Participações nos lucros	(216.576)	(195.598)	-	-	(216.576)	(195.598)
Participação dos acionistas não controladores	(62.698)	(51.107)	-	-	(62.698)	(51.107)
Lucro líquido do exercício	4.772.965	2.245.846	(2.816.010)	(807.859)	1.956.955	1.437.987
Juros sobre o capital próprio	(452.726)	(272.853)	-	-	(452.726)	(272.853)

f) Moeda funcional

As demonstrações financeiras combinadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todo o Sistema.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários do Banco e dos fundos de investimento são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são

ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, descontando a possibilidade de venda desses títulos.

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Sistema, através do Banco e dos fundos de investimento, utiliza derivativos, como *swaps* e futuros de taxas de juros, *swap* de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras, opções de taxas de juros e operações a termo.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, registrados como segue:

Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;

Operações de swap e opções - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço;

Operações a termo - pelo valor de cotação do mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas ao valor presente, tomando-se por base as taxas de mercado.

As operações são custodiadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classifi-

cadastros de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito e de câmbio

A provisão para perdas com operações de crédito e de câmbio é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas, não incluídas na combinação, estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado

aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 12.

l) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Bacen para a data do encerramento do período.

n) Depósitos a prazo, interfinanceiro e poupança

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferi-

rem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

A alíquota da CSLL para as instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15. A mesma Lei elevou a alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito de 15% para 17% para o período-base compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão substanciadas na Deliberação nº 489/05 da Comissão de Valores Mobiliários e na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

s) Plano de pensão - contribuição definida

O Sistema participa de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não tem obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	622.658	538.690
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)		
Revendas a liquidar - posição bancada	-	217.512
Revendas a liquidar - posição financiada	10.950.812	10.183.516
Aplicações em depósitos de poupança	15	15
Aplicações em moedas estrangeiras	40.408	18.088
Total	11.613.893	10.957.821

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016	2015
Aplicações no mercado aberto	12.726.245	11.037.669
Revendas a liquidar - posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	17.994
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	815.133
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	21.026
Revendas a liquidar - posição financiada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.349.798	300.156
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.558.674	4.031.613
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.817.773	5.851.747
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.308.341	397.314
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	1.308.341	397.314
Aplicações em depósitos de poupança	15	15
Aplicações em depósitos de poupança	15	15
Aplicações em moedas estrangeiras	40.408	18.088
Aplicações em moedas estrangeiras	40.408	18.088
Total	14.075.009	11.453.086

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	2016	2015
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.337.560	1.853.382
Letras do Tesouro Nacional - LTN	616.326	2.825.077
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.314.112	369
Letras Financeiras - LF	2.464.217	1.447.282
Debêntures	95.787	83.901
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	53.832	83.027
Títulos de renda variável - ações cias. abertas	-	6.791
Fundos de investimento em renda fixa	40.150	821
Cédula de Produto Rural - CPR	137.485	-
Outros	6	62
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.496.489	1.353.435
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.932.061	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.959	-
Vinculados à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.351.937	1.294.782
Letras do Tesouro Nacional - LTN	19.371	48.339
Cédula de Produto Rural - CPR	42.998	200.674
Letras Financeiras - LF	65.313	-
Outros	84	72
Subtotal (Nota 6.b)	13.973.687	9.198.014
Operações de SWAP	1.574	6.801
Vendas a termo a receber	6.219	58.893
Opções	-	10
Total	13.981.480	9.263.718

b) Classificação de títulos e valores mobiliários

	2016		2015	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Mantidos para negociação				
Sem vencimento	40.234	40.234	7.577	7.577
A vencer em até 12 meses	5.616.200	5.005.750	3.502.155	3.500.282
A vencer acima de 12 meses	5.824.221	6.437.933	3.282.195	3.279.157
Subtotal	11.480.655	11.483.917	6.791.927	6.787.016
Disponível para a venda				
Sem vencimento	-	-	109	109
A vencer em até 12 meses	89.005	88.994	-	-
A vencer acima de 12 meses	1.648.714	1.646.960	2.313.679	2.312.476
Subtotal	1.737.719	1.735.954	2.313.788	2.312.585
Mantidos até o vencimento				
A vencer em até 12 meses	340.499	339.902	98.413	98.275
A vencer acima de 12 meses	413.971	413.179	-	-
Subtotal	754.470	753.081	98.413	98.275
Total	13.972.844	13.972.952	9.204.128	9.197.876

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a instituição reclassificou 4.776.424 CPR's da categoria "Mantido para negociação" para a categoria "Mantidos até o vencimento", num montante total de R\$ 180.124. Em 31 de dezembro de 2016, as perdas não realizadas destes títulos totalizam R\$ 385.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a instituição reclassificou 49.029 LFT's da categoria "Disponível para venda" para a categoria "Mantidos até o vencimento", num montante total de R\$ 374.702. Em 31 de dezembro de 2016, as perdas não realizadas destes títulos totalizam R\$ 269.

Em 31 de dezembro de 2016, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 1.798 (2015 – perda líquida de R\$ 898), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no valor de R\$ 1.079 (2015 – R\$ 539).

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

Nas operações de cédulas de depósitos bancários, de depósitos a prazo em garantia especial e de letras financeiras, os emissores são classificados em grupos de rating e, para os mesmos, são atribuídos spreads a cada emissão. Estes spreads são calculados com base nas taxas médias negociadas no dia.

As debêntures são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia utilizada para marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação em faixas de prazo, de acordo com o vencimento; ii) rating da operação, que considera o risco do emissor, garantias, etc. e iii) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por faixa de vencimento e rating da operação.

O valor de mercado das cédulas de produto rural é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BM&FBovespa e nos spreads calculados para cada emissor.

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Registrados em contas patrimoniais e de compensação conforme regras específicas do Bacen, destinam-se a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção ("hedge") contra riscos de mercado que decorram, principalmente, de descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

O Sistema adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, exceto os instrumentos financeiros derivativos para hedge de títulos classificados como mantidos até o vencimento, registrados e avaliados conforme a Circular nº 3.129/02 do Bacen, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Posição líquida dos contratos a vencer			2016	2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Compensação					
Contratos futuros	6.440.889	1.115.927	(6.074)	7.550.742	3.213.035
Contratos de swap	3.330	28.899	3.588	35.817	175.504
Contratos a termo	6.229	-	-	6.229	60.016
Contratos de opções	1.600	-	-	1.600	11
Total - 2016	6.452.048	1.144.826	(2.486)	7.594.388	
Total - 2015	2.968.817	242.854	236.895		3.448.566
Contratos de swap					
Posição ativa	106	952	516	1.574	6.802
Posição passiva	-	-	-	-	(529)
Contratos a termo					
Posição ativa	6.219	-	-	6.219	58.892
Posição passiva	-	-	-	-	-
Contratos de opções					
Posição ativa	-	-	-	-	10
Posição passiva	-	-	-	-	(2)
Total - 2016	6.325	952	516	7.793	
Total - 2015	62.270	2.386	517		65.165

			2016	2015
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	7.550.742	(198)	-	-
Compromisso de compra	(2.144.279)	(102)	-	-
DI Futuro	(2.137.723)	(24)	-	-
DOL Futuro	(6.556)	(78)	-	-
Compromisso de venda	9.695.021	(96)	-	-
DI Futuro	9.695.021	(88)	-	-
DOL Futuro	-	(8)	-	-
Contratos de swap	35.817	1.515	1.574	5.741
Posição ativa	35.817	1.515	1.574	6.270
Mercado interfinanceiro	25.550	926	926	4.176
Moeda estrangeira	10.267	589	648	2.094
Posição passiva	-	-	-	(529)
Mercado interfinanceiro	-	-	-	(218)
Moeda estrangeira	-	-	-	(311)
Contratos a termo	6.229	-	6.219	58.892
Posição ativa	6.229	-	6.219	58.892
Venda de ações a termo	6.229	-	6.219	58.892
Contratos de opções	1.600	-	-	8
Posição ativa	1.600	-	-	10
Mercado de ações	-	-	-	10
Moeda estrangeira	1.600	-	-	-
Posição passiva	-	-	-	(2)
Mercado de ações	-	-	-	(2)

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco não possui operações de swap para hedge econômico de títulos públicos federais classificados como mantidos até o vencimento. Não possui diferencial a receber e a pagar em 2016 (2015 – R\$ 532 a receber).

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2016, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no Ativo é de R\$ 65 (2015 – R\$ 1.652) e no Passivo é de R\$ 263 (2015 – R\$ 1.367).

Os ajustes a valor de mercado das operações de swap são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo do diferencial a receber ou a pagar.

O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2016, junto à conta "Instrumentos financeiros derivativos" no Ativo é de R\$ 7.793 (2015 – R\$ 65.704), sem saldo no Passivo (2015 – R\$ 531).

O resultado das operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 11.664 (2015 – R\$ 30.961).

Os títulos públicos dados em garantia para operações em bolsas, em 31 de dezembro de 2016, totalizam R\$ 24.720 (2015 – R\$ 17.593).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Operações de crédito	22.989.296	12.257.882	19.647.137	10.238.024
Empréstimos e títulos descontados	11.496.340	5.122.918	10.044.852	3.372.746
Financiamentos	1.551.775	1.730.134	1.349.396	1.864.226
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.937.395	5.343.462	8.250.665	4.966.396
Financiamentos imobiliários	3.786	61.368	2.224	34.656
Operações de câmbio	46.862	-	53.340	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 15.a)	45.876	-	50.916	-
Rendas sobre adiantamentos sobre contratos de câmbio	986	-	2.424	-
Outros créditos	916.530	22.752	659.633	20.675
Títulos e créditos a receber (i)	883.064	82	638.932	65
Devedores por compra de valores e bens	14.877	22.518	10.842	20.263
Avais e fianças honrados	18.589	152	9.859	347
Total	23.952.688	12.280.634	20.360.110	10.258.699

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por nível de risco

Conforme o disposto no artigo 3º da Resolução nº 2.697/00 do CMN, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, incluindo as operações de câmbio no valor de R\$ 46.862 (2015 – R\$ 53.340) e

outros créditos com característica de crédito no valor de R\$ 939.282 (2015 – R\$ 680.308), distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no artigo 1º da Resolução nº 2.682/99 do CMN:

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para operações de crédito, de câmbio e de outros créditos	
		2016	2015	2016	2015
AA	0,00	6.870.975	6.136.931	-	-
A	0,50	12.769.510	9.951.517	63.848	49.758
B	1,00	8.229.028	7.075.453	82.290	70.755
C	3,00	3.582.779	3.217.642	107.483	96.529
D	10,00	2.020.697	1.989.408	202.070	198.941
E	30,00	886.915	749.201	266.075	224.760
F	50,00	537.076	447.388	268.538	223.694
G	70,00	219.038	168.340	153.327	117.838
H	100,00	1.117.304	882.929	1.117.304	882.929
Total		36.233.322	30.618.809	2.260.935	1.865.204

Em 31 de dezembro de 2016 o Sistema possui outros créditos sem característica de concessão de crédito

para os quais registrou provisão no montante de R\$ 15.298 (2015 – R\$ 18.894).

c) Composição da carteira de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor privado					2016	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Rural	66.961	1.404.768	8.634.306	5.399.190	15.505.225	13.241.399
Indústria	28.306	382.552	435.997	398.453	1.245.308	1.155.458
Comércio	117.420	1.530.765	1.699.451	1.527.576	4.875.212	3.603.554
Intermediação financeira	-	134	5	3	142	127
Outros serviços	80.032	829.811	1.101.742	1.194.435	3.206.020	3.152.433
Pessoas físicas	416.737	2.848.000	4.371.915	3.699.609	11.336.261	9.428.958
Habitação	-	1.187	2.599	61.368	65.154	36.880
Total - 2016	709.456	6.997.217	16.246.015	12.280.634	36.233.322	
Total - 2015	566.232	6.089.161	13.704.717	10.258.699		30.618.809

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	258.845	0,71	179.772	0,59
50 devedores seguintes	830.757	2,29	436.447	1,43
100 devedores seguintes	1.159.214	3,20	524.525	1,71
Demais	33.984.506	93,80	29.478.065	96,27
Total	36.233.322	100,00	30.618.809	100,00

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo inicial	1.884.098	1.425.987
Filiação de cooperativas ao Sistema	100.482	-
Constituição de provisão	1.348.516	1.262.845
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.056.863)	(804.734)
Saldo final	2.276.233	1.884.098

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 345.746 (2015 – R\$ 219.784), foram registradas como "Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$ 926.068 (2015 – R\$ 837.106).

8. Outros créditos – Diversos

	2016	2015
Devedores por convênios	4.020	4.853
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	134.653	47.621
Adiantamentos e antecipações salariais	13.984	12.872
Impostos e contribuições a compensar	52.237	44.949
Compensação interna	-	969
Cotas de consórcio	10.226	6.551
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	13.042	8.728
Valores honrados	10.280	23.462
Repasses a regularizar	171	140
Pendências a regularizar	9.830	23.439
Operações com cartão de crédito	7.386	36.327
Outros	77.872	33.435
Total circulante	333.701	243.346
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	156.793	127.302
Tributos diferidos (Nota 19.b)	26.539	20.036
Total realizável a longo prazo	183.332	147.338

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

9. Outros valores e bens

	2016	2015
Bens não de uso próprio	303.529	168.606
Imóveis	256.839	127.963
Veículos	17.064	11.666
Máquinas e equipamentos	1.877	6.267
Bens em regime especial	27.565	22.652
Outros	184	58
Material em estoque	1.914	1.558
Despesas antecipadas	15.222	11.951
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(32.629)	(25.654)
Total	288.036	156.461

10. Participação em controladas no País

Apresentamos abaixo os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial na Administradora de Cartões Sicredi Ltda. (Administradora de Cartões), Corretora de Seguros

Sicredi Ltda. (Corretora de Seguros), Administradora de Bens Sicredi Ltda. (Administradora de Bens) e Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. (Administradora de Consórcios):

	Administradora de Cartões		Corretora de Seguros		Administradora de Bens		Administradora de Consórcios (i)		Total	Total
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de quotas possuídas	2.421	2.421	399	399	46.276	46.276	22.825	19.825		
Percentual de participação	99,99	99,99	99,75	99,75	99,98	99,98	99,99	99,99		
Capital social	2.421	2.421	400	400	46.286	46.286	22.827	19.827		
Patrimônio líquido	31.611	26.461	22.359	17.801	48.548	47.965	54.487	42.418		
Lucro líquido do exercício	5.149	3.881	4.557	3.679	583	182	9.069	8.240		
Valor do investimento	31.607	26.459	22.303	17.757	48.538	47.955	54.482	42.413	156.930	134.584
Equivalência patrimonial	5.148	3.881	4.546	3.670	583	182	9.069	8.239	19.346	15.972

(i) A Administradora de Consórcios teve seu Capital aumentado em R\$ 3.000 no exercício de 2016.

11. Outros investimentos

Os outros investimentos são participações do Sistema em outras empresas conforme abaixo:

	2016	2015
Redesys	-	815
Confederação Sicredi	5.373	5.372
Outros investimentos	1.014	806
Total	6.387	6.993

12. Imobilizado de uso e intangível

			2016	2015	Taxas anuais de depreciação/amortização %
	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de uso	1.480.164	(519.456)	960.708	720.642	
Terrenos	81.321	-	81.321	66.726	0
Edificações	224.696	(45.352)	179.344	122.330	2 A 4
Móveis e utensílios e instalações	610.241	(254.482)	355.759	280.384	10
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	269.583	(173.577)	96.006	79.299	20
Sistemas de transporte	47.588	(22.226)	25.362	23.906	20
Outras imobilizações	51.428	(23.819)	27.609	20.437	10 A 20
Imobilizações em andamento	195.307	-	195.307	127.560	0
Intangível (i)	554.023	(238.544)	315.479	268.292	5 A 10
Total - 2016	2.034.187	(758.000)	1.276.187		
Total - 2015	1.575.582	(586.648)		988.934	

(i) Refere-se principalmente a investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares.

13. Depósitos e captações no mercado aberto

Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

				2016	2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos	14.552.377	3.319.880	25.001.231	42.873.488	32.616.605
Depósitos à vista	5.779.634	-	-	5.779.634	4.608.505
Depósitos de poupança rural	6.876.587	-	-	6.876.587	5.139.865
Depósitos interfinanceiros	496.935	2.848.173	345.606	3.690.714	2.829.378
Depósitos a prazo	1.399.221	471.707	24.655.625	26.526.553	20.038.857
Captações no mercado aberto	493.375	-	765.644	1.259.019	2.137.942
Carteira própria	620	-	765.644	766.264	676.236
Carteira de terceiros	492.755	-	-	492.755	1.461.706
Fundos de investimentos	492.755	-	-	492.755	1.461.706
Total - 2016	15.045.752	3.319.880	25.766.875	44.432.507	
Total - 2015	12.809.667	2.889.124	19.055.756		34.754.547

14. Obrigações por empréstimos e repasses

				2016	2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Empréstimos no País	-	13.348	-	13.348	156.005
Empréstimos no Exterior	49.816	216.911	173.800	440.527	552.176
Repasses no País	200.702	984.646	5.320.578	6.505.926	5.893.964
Total - 2016	250.518	1.214.905	5.494.378	6.959.801	
Total - 2015	276.976	1.440.665	4.884.504		6.602.145

Os empréstimos no País são representados por operações de Cédula de Crédito Bancário – CCB e Contratos de Mútuo para repasse de empréstimos em moeda estrangeira, proveniente de recursos captados no exterior e convertidos em moeda nacional, com vencimentos até dezembro de 2017.

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em moeda estrangeira para aplicações em operações comerciais de câmbio, com vencimento máximo em 360 dias e por recursos cap-

tados em moeda nacional com vencimento até o ano de 2020.

Os recursos internos para repasses no País representam captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais, trimestrais, semestrais e anuais, conforme aplicável, até o ano de 2031. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa, acrescidos da comissão de repasse.

15. Outras obrigações

a) Carteira de câmbio

	2016	2015
Câmbio vendido a liquidar	2.316	2.978
Obrigações por compra de câmbio	80.692	72.384
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 7.a)	(45.876)	(50.916)
Total	37.132	24.446

b) Dívida subordinada

Em 07 de fevereiro de 2013, em conformidade com a Resolução nº 3.444/07 do CMN o Banco efetuou operação de captação junto à IFC. A captação de recursos no exterior no valor de R\$ 99.375 com vencimento em dezembro de 2021, possui remuneração anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado da dívida subordinada junto à IFC é de R\$ 109.598 (2015 – R\$ 109.762). A despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$ 21.744 (2015 – R\$ 20.571) e está apresentada na rubrica “Operações de empréstimos e repasses”.

Este instrumento possui cláusulas restritivas de dívida (“covenants”). Estas incluem, entre outras, cláusulas de

manutenção de certos índices financeiros, tais como índice de Basiléia, exposição ao risco de crédito, taxa de juros e câmbio apurados trimestralmente. O descumprimento destas cláusulas implica no acréscimo à remuneração anual de 2%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o Sistema atendeu a todos os indicadores previstos.

O Sicredi possui letras financeiras subordinadas as quais possuem valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 307 (2015 – R\$ 317). A despesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$ 39 e está apresentada na rubrica “Operações de captação no mercado”.

c) Diversas

	2016	2015
Circulante		
Cheque administrativo	255.913	313.055
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	443.516	374.668
Credores por convênios INSS	16	-
Juros poupança rural	27.989	20.177
Credores por convênio	6.209	13.200
Obrigações por convênios oficiais	15.432	7.687
Provisão para coobrigações (ii)	209.068	151.002
Pendências a regularizar	11.708	22.522
Estabelecimento credenciado - cartão múltiplo	643	776
Operações com cartão de crédito (iii)	869.069	649.559
Demais fornecedores	64.316	51.647
Obrigações por cotas de fundos de investimento	133.467	-
Credores diversos	144.177	112.778
Total circulante	2.181.523	1.717.071
Provisão para pagamentos a efetuar	6.842	6.878
Provisão para contingências (Nota 16)	158.547	73.324
Total exigível a longo prazo	165.389	80.202

(i) Refere-se principalmente a obrigações trabalhistas como participação nos resultados, férias, 13º salário e encargos. (ii) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco. (iii) A rubrica refere-se a valores a pagar de transações de cartões de crédito.

16. Passivos contingentes

O Sistema possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registrados

na rubrica "Outras obrigações – diversas" e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	66.147	54.270
Cível	Provável	12.719	11.545
Fiscal	Provável	79.385	7.164
Outros	Provável	296	345
Total		158.547	73.324

O saldo da provisão para passivos contingentes (outros) refere-se à provisão de risco dos créditos securitizados pelas filiadas no exercício de 1996. Este alongamento de dívidas de crédito rural, "Securitização", está baseado na Lei nº 9.138/95, Resolução nº 2.238/96 do CMN e Carta Circular nº 2.642/96 do Bacen e posteriormente a Lei nº 10.437/02 e Resolução nº 2.963/02 do CMN. A base de cálculo desta provisão de risco, baseada nos valores emprestados com recursos repassados pelo Banco do Brasil S.A., está registrada em conta de compensação, como Co-

brigações em Cessões de Crédito e Créditos baixados como prejuízo.

Em 31 de dezembro de 2016, o Sistema possuía também processos trabalhistas, cíveis e fiscais cuja probabilidade de perda é possível no montante de R\$ 13.316, R\$ 66.428 e R\$ 28.498 (2015 – R\$ 10.617, R\$ 50.817 e R\$ 33.220), respectivamente.

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	73.324	59.777
Filiação de cooperativas ao Sistema	56.027	-
Baixa por pagamento	(23.401)	(20.380)
Constituição de provisão	52.597	33.927
Saldo final	158.547	73.324

Em 31 de dezembro de 2016, o Sistema Sicredi possui depósitos judiciais no montante de R\$ 134.653 (2015 – R\$

47.621), registrados na rubrica de "Outros créditos", os quais estão relacionados a estas contingências.

17. Participação dos acionistas não controladores

Em 31 de dezembro de 2016, o RFID e a IFC detêm, respectivamente, participação de 23,98% (2015 – 22,17%) e 3,15% (2015 – 3,16%) das ações do Banco.

As participações do RFID e da IFC dão-se em ações preferenciais classe A (PNA) e ações preferenciais classe B (PNB), respectivamente. Os dividendos

a serem pagos a essas ações são calculados à proporção da participação do RFID e IFC e o patrimônio líquido das cooperativas, chamada de QPL (quoeficiente de participação nos lucros). Em 31 de dezembro de 2016 o QPL do RFID e da IFC é de 3,08% (2015 – 3,48%) e 0,22% (2015 – 0,25%), respectivamente.

	2016		2015	
	RFID	IFC	RFID	IFC
Patrimônio líquido do Banco	1.205.321		1.172.706	
Participação (%)	23,98%	3,15%	22,17%	3,16%
Participação (R\$)	289.079	37.965	260.015	37.021
Dividendo adicional	-	-	2.748	-
Participação do acionista não controlador	289.079	37.965	262.763	37.021
QPL	3,08%	0,22%	3,48%	0,25%

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada

associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital social	5.656.234	4.108.683
Quantidade de associados	3.435.914	3.117.201

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as cooperativas aumentaram seu capital social no montante de R\$ 720.908 (2015 – R\$ 495.848), sendo R\$ 230.374 (2015 – R\$ 226.155) via integralização de sobras e R\$ 490.534 (2015 – R\$ 269.693), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 359.030 (2015 – R\$ 160.013).

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social das cooperativas e com a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas terão a seguinte destinação:

- Juros sobre o capital integralizado remunerado anualmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, limitado ao máximo de até 12% ao ano, a serem propostos pelo Conselho de Administração da cooperativa. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739/97 do Bacen, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do período e ajustados ao final da demonstração de sobras para ser reapresentado como destinação das sobras, no valor de R\$ 452.726 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2015 – R\$ 272.853), na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa. Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê:
 - (i) que os resultados positivos das operações com não-cooperados serão destinados à Reserva (fundo) de assistência técnica, educacional e social - RATES; e

(ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva Legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados com as sobras de exercícios futuros, conforme a Lei Complementar 130/09, cujo montante no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 48.584 (2015 – R\$ 11.993).

- Até 45% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- O valor total recuperado, referente às operações de créditos baixadas como prejuízos, será destinado à constituição da Reserva Legal; e
- A Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Conforme estatuto social do Banco, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

No Banco, as provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota vigente de 20% e as provisões para Imposto de Renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	2.105.475	1.580.289
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(947.464)	(632.116)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Resultado de participações em controladas	8.706	6.700
Incentivos fiscais	2.604	2.972
Provisão de PPR	(2.738)	(2.336)
Resultado com atos cooperativos	652.848	456.375
Prejuízo fiscal	547	(66)
Juros sobre o capital próprio	190.145	114.598
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (*)	-	31.211
Efeito da majoração de alíquota de CSLL (**)	58.181	44.548
Outros líquidos	(48.651)	(34.067)
Subtotal	861.642	619.935
Temporárias		
(Provisão) de PPR	(1.004)	(222)
Reversão (provisão) para operações de crédito	(2.991)	5.150
(Provisão) de passivos contingentes	(2.507)	(1.937)
Ajuste de títulos marcados a mercado	68	50
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (*)	-	(2.293)
Subtotal	(6.434)	748
IRPJ e CSLL correntes	(92.256)	(90.447)
Constituição (reversão) de créditos tributários	6.434	(748)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(85.822)	(91.195)

(*) Majoração provisória de alíquota de CSLL a partir de setembro de 2015 a dezembro de 2018 (Nota 3.p).

(**) Efeito do diferencial de alíquota para as cooperativas de crédito, as quais a alíquota de Contribuição Social é de 17%.

b) Tributos diferidos ativos e passivos

i. Composição dos tributos diferidos

Os saldos de créditos tributários diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, já consideradas as alíquotas fiscais de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social

vigentes, registrados nas rubricas "Outros créditos – diversos" no ativo não circulante e "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" no passivo não circulante, apresentam-se como segue:

	2016	2015
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	8.424	5.917
Provisões de PLR e PPR	7.988	6.984
Provisão para perdas em ativos	8.643	5.652
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	1.456	1.160
Total	26.511	19.713

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de 11,23% (2015 – 11,45%), calculada com base na taxa média dos títulos públicos e das operações de crédito em carteira, monta em R\$ 24.560 (2015 – R\$ 18.426).

Não existem créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

ii. Período estimado de realização

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Ano	Valor dos créditos	
	2016	2015
2016	-	14.954
2017	18.923	3.144
2018	6.225	1.794
2019	805	36
2020	465	163
2021	4	(55)
2022	117	-
Total	26.539	20.036

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido do Sistema e o

resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Sistema.

iii. Movimentação no período

	Diferido ativo		Diferido passivo		Patrimônio líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	20.036	20.668	(323)	(36)	(552)	(723)
Créditos tributários constituídos	17.090	15.003	(2.154)	(408)	85	221
Créditos tributários realizados	(10.587)	(15.635)	2.449	121	(448)	(50)
Saldo no final do exercício	26.539	20.036	(28)	(323)	(915)	(552)

20. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Instituições relacionadas / controladas

As entidades efetuam transações junto a partes relacionadas, incluindo empresas que não fazem parte do

processo de combinação desta demonstração financeira. Abaixo apresentamos as operações realizadas com partes relacionadas, sumariadas por grupo contábil:

	2016	2015
Ativo	497.035	418.691
Outros créditos - Rendas a receber	30.294	24.595
Outros créditos - Diversos	156.793	127.302
Intangível	309.948	266.794
Passivo	150.185	197.909
Depósitos à vista	30.920	31.319
Depósitos a prazo	47.772	40.962
Carteira de terceiros	31.099	96.860
Diversas	40.394	28.768
Receitas	72.570	73.945
Outras receitas operacionais	66.538	68.914
Receitas de prestação de serviços	6.032	5.031
Despesas	459.455	432.480
Operações de captação no mercado	8.578	15.788
Outras despesas administrativas	1.814	600
Outras despesas operacionais	449.063	416.092

b) Transações com administradores

As transações com administradores referem-se a saldos de operações de crédito e depósitos (à vista e a prazo) mantidas nas cooperativas por seus administradores (diretores e conselheiros de administração).

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições

semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores, sumariadas por grupo contábil:

	2016	2015
Ativo	359.120	146.928
Operações de crédito	359.120	146.928
Passivo	278.514	169.590
Depósitos à vista	23.816	12.721
Depósitos a prazo	254.698	156.869

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi segue a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade.

Em relação à remuneração da Administração do Banco, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, será paga no ato e 50% estará disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira

parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução nº 3.921/10 do CMN, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício foi de R\$ 243.684 (2015 – R\$ 184.) a qual é considerada benefício de curto prazo e benefício pós-emprego.

21. Fundos de investimento administrados pelo Banco

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2016 atingiram R\$ 5.639.009 (2015 – R\$ 14.559.621), desconsiderando os saldos dos fundos consolidados nestas demonstrações financeiras combinadas. A receita com a administração dos fundos de

investimento, no exercício, atingiu R\$ 8.678 (2015 – R\$ 11.112) e está apresentada na rubrica “Receita de prestação de serviços”.

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

22. Receitas de prestação de serviços

	2016	2016	2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Renda de administração de fundos	4.681	8.678	11.112
Receita de cobrança	85.773	160.317	121.221
Receita de custódia	2.485	4.602	3.445
Receita de serviços bancários	286.392	552.357	398.281
Receita de taxa de administração de recursos	848	1.621	1.584
Receita processamento da compensação	7.330	13.521	9.809
Receita de cartões	87.994	160.901	124.737
Receita de seguros	110.303	207.777	226.567
Receita de garantias prestadas	142	286	775
Receitas de consórcios	62.274	116.243	105.040
Receita de convênios	33.903	64.697	60.486
Receita de compartilhamento Tecban	290	516	47.214
Receitas de outros serviços	7	1.769	5.721
Total	682.422	1.293.285	1.115.992

23. Outras despesas administrativas

	2016	2016	2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços do Sistema Financeiro (i)	81.001	155.490	120.486
Depreciação e amortização	84.724	159.227	125.928
Comunicação	46.684	94.182	79.295
Processamento de dados	17.134	33.409	24.299
Serviços de terceiros (ii)	153.926	280.959	208.813
Despesas de água, energia e gás	20.893	47.528	41.377
Despesas de aluguéis	82.775	158.648	125.564
Despesas de manutenção e conservação de bens	49.365	94.221	76.225
Despesas de material	14.489	29.245	24.662
Despesas de promoções e relações públicas	74.000	143.922	141.497
Despesas de propaganda e publicidades	15.179	28.782	27.959
Despesas de transporte	53.503	100.483	81.250
Despesas de viagem	17.557	28.117	27.213
Despesas de taxas e emolumentos	31.847	58.898	42.080
Assistência social, educacional e técnica	31.964	71.494	68.258
Ressarcimento de tarifas	15.285	30.234	28.095
Outras despesas	77.702	137.915	89.656
Total	868.028	1.652.754	1.332.657

(i) Rubrica composta substancialmente por despesas de prestação de serviços de alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES e equalização de custos dos programas PRONAF e PROGER. (ii) Refere-se a serviços terceirizados pelo Sistema como vigilância, serviços jurídicos e processamento de cartão de crédito.

24. Outras receitas operacionais

	2016	2016	2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Absorção de dispêndios - FATES	26.865	64.646	59.671
Recuperação de encargos e despesas	86.490	138.219	90.757
Reversão provisões operacionais	(3.786)	4.369	-
Reversão de provisão para coobrigações	180.606	180.606	-
Doação Sicredi Fundos Garantidores	55.809	66.538	68.914
Lucros na alienação de valores e bens	(817)	-	1.478
Compensação - RCO	31.120	60.049	50.325
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.227	1.876	1.873
Outras receitas	28.734	43.520	22.217
Total	406.248	559.823	295.235

25. Outras despesas operacionais

	2016	2016	2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Contribuição Confederação Sicredi (i)	192.698	357.201	329.818
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	34.740	69.110	65.465
Provisão para passivos contingentes	23.753	35.782	33.927
Descontos concedidos em renegociações	139.784	226.842	108.518
Cartões	54.255	101.953	77.552
Contribuição O.C.E.	4.027	8.153	7.102
Encargos administração financeira	2.736	6.662	6.560
Perdas operacionais	18.024	33.229	27.641
Compensação - RCO	31.212	58.307	46.060
Obrigações por cotas de fundos de investimento	15.025	31.920	-
Provisão para coobrigações	219.472	219.472	-
Prejuízo na alienação de valores e bens	2.756	2.756	-
Outras despesas	46.699	106.672	91.860
Total	785.181	1.258.059	794.503

(i) Refere-se a contribuições efetuadas pelo Sistema para a Confederação Sicredi pela prestação de serviços, nos segmentos de informática e administrativo, especialmente nas áreas tributária, contábil e de folha de pagamento.

26. Estrutura de gerenciamento de risco

a) Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos originalmente pactuados, da desvalorização, redução de remunerações e de ganhos esperados em instrumentos como consequência da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou do instrumento mitigador, da reestruturação de instrumentos financeiros ou dos custos de recuperação de exposições problemáticas. Todas as operações de crédito estão expostas ao risco de crédito, tornando-se necessária a introdução de métodos, políticas, processos e monitoramentos dedicados a sua mitigação, com objetivo de manter as exposições em níveis compatíveis com o apetite a riscos da Instituição.

Entre os principais fatores monitorados, destacam-se: (i) Tamanho da exposição; (ii) Prazo da exposição; (iii) Probabilidade de inadimplência; (iv) Concentração em relação a um dado fator ou segmento (região geográfica, canal de distribuição ou origem, clientes e associados individuais ou grupos econômicos, porte

financeiro dos mesmos, setor econômico, tipo de instrumento, tipo de garantia, moeda, país, etc.); e (v) Diversificação do portfólio.

Para o monitoramento do risco de crédito, diversos aspectos devem ser considerados. Os principais são destacados nos tópicos a seguir.

i. Cultura de crédito

O Sicredi tem como cultura de crédito a responsabilidade pela preservação dos recursos que a ele são confiados. A adequada gestão destes recursos deve propiciar as condições para o atendimento das demandas de seus clientes e associados das cooperativas.

A cultura de crédito do Sistema é baseada nos seguintes preceitos básicos: (i) Concessão do crédito com base na capacidade de pagamento dos tomadores, não sendo realizadas operações exclusivamente baseadas na garantia ou na possibilidade de cobrança de altos spreads; (ii) Concessão do crédito benéfica ao tomador,

permitindo a esse realizar investimentos e melhorias ou satisfazer necessidades momentâneas; (iii) Observação irrestrita das normas internas e as emanadas pelas autoridades reguladoras; (iv) Observação incondicional da Política de Crédito; (v) Ações de acompanhamento e controle independentes e eficazes; (vi) Crescimento sustentável das carteiras; e (vii) Utilização adequada dos sistemas de informações.

A concessão de crédito no Sicredi pode ser realizada, principalmente, pelas entidades Cooperativas e pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As Cooperativas concentram a grande maioria das operações de crédito, sendo as entidades que atuam diretamente com os associados. Por outro lado, o Banco Cooperativo Sicredi S.A atua de forma pontual e complementar, em operações muito específicas, marcadamente naquelas cujo valor somado à exposição total do associado ultrapasse o limite máximo de concentração para o mesmo na Cooperativa.

ii. Estrutura de gestão de risco de crédito

No Sicredi, o gerenciamento do risco de crédito é realizado por uma estrutura única e centralizada, assim como pelas entidades, áreas e colegiados locais.

A Área centralizada, sob a responsabilidade da Superintendência de Risco de Crédito, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A., responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Esta unidade tem como principais atribuições responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias quantitativas, incluindo de classificação de risco de crédito, contribuir no estabelecimento de parâmetros para processos de concessão, manutenção e recuperação de crédito, assim como monitorar as exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi. Com a filiação das Cooperativas do Norte-Nordeste, essa centralização continuará ocorrendo. No entanto, durante o período de transição, conviveremos com uma estrutura em que a Central Estadual exerce um papel mais amplo.

As entidades, áreas e colegiados locais, são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente, cabendo ainda, às Centrais Estaduais e Cooperativas Singulares, a responsabilidade formal por esta gestão, incluindo a indicação de Diretor responsável junto ao Bacen.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução 3.721/09 do CMN, e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

iii. Política de crédito

A Política de Crédito e seus Regulamentos são primordiais para nortear e embasar os procedimentos e operacionalidade de todo ciclo do crédito da organização. Este ciclo consiste num conjunto de atividades sequenciais, as quais se iniciam com as associações, passando pela concessão de um limite ou operação de crédito e depois pelo seu monitoramento e recebimento e, finalmente, pela cobrança extrajudicial ou judicial, que encerram e, ao mesmo tempo, reiniciam todo o processo.

Dentre os principais componentes de uma política podemos citar: (i) As normas legais; (ii) A definição estratégica da instituição; (iii) Os objetivos a serem alcançados; (iv) A forma de decisão e de delegação de poder; (v) Os limites de crédito; (vi) A análise de crédito; (vii) A composição e a formalização dos processos; e, (viii) A administração e o controle de crédito.

iv. Delimitações do crédito

No Sistema, o processo de concessão e liberação do crédito está delimitado pelos níveis máximos de concentração e pelos critérios de elegibilidade dos clientes e associados, classificados em:

Sinais de alerta: as ocorrências de alerta referem-se a situações que indicam uma probabilidade maior de risco e, portanto, devem ser avaliadas de forma mais criteriosa;

Critérios Restritivos: os critérios restritivos referem-se a situações consideradas de maior risco que restringem o processo de concessão e liberação do crédito;

Critérios de Impedimento: os critérios impeditivos referem-se a situações de risco elevado e, portanto, não aceitas pelo Sistema. A situação de impedimento atribui-se às condições do cliente ou associado no momento da concessão e liberação do crédito;

Vedados: referem-se a situações que possam trazer exposições a riscos em níveis inadmissíveis ao perfil da entidade que por princípio, perdem permanentemente a elegibilidade a crédito.

A deliberação de crédito dá-se através de:

Alçada individual: atribuída a um indivíduo em decorrência do cargo que ocupa na instituição.

Comitês de crédito: alçada atribuída a um colegiado composto por indivíduos capazes de tomar decisão aderente a estratégia da instituição e que ocupam determinados cargos diretamente relacionados com o ciclo de crédito.

v. *Recuperação de crédito*

No Sicredi, todas as ações de recuperação de crédito visam estabelecer um processo de recuperação eficiente, de acordo com as características da entidade e com a melhor relação de custo vs. benefício. A recuperação de crédito no Sistema é realizada pelas cooperativas de forma local, nas primeiras faixas de atraso, e através de Assessorias de Cobrança terceirizadas nas maiores faixas de atrasos, gerenciada pela Área de Cobrança e Recuperação de Crédito.

vi. *Operações com o mercado financeiro*

A política de crédito estabelece que as aplicações realizadas pelo Sistema no mercado financeiro precedem de análise de crédito das contrapartes e aprovação de limites pelo Comitê de Crédito. Os estudos técnicos realizados pela Gerência de Política e Análise de Risco de Crédito baseiam-se em demonstrativos trimestrais auditados, ranking e rating das instituições, dados de concentração de devedores e depositantes, qualidade e perfil da carteira de crédito, carteira de tesouraria, coobrigações existentes e, em casos de bancos com capital de origem estrangeiros, informações econômico-financeiras do controlador.

b) **Risco de liquidez**

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação

ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

c) **Risco de mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações

sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- *Avaliação de riscos e controles;*
- *Documentação e armazenamento da base de perdas;*
- *Gestão de continuidade de negócios;*
- *Alocação de capital para o risco operacional;*

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

27. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente; Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;

Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 do CMN, compatível com os riscos de suas atividades.

Apesar das Demonstrações Financeiras Combinadas, o Bacen exige a observação dos níveis de adequação patrimonial de cada uma das instituições do Combinado.

Em 31 de dezembro de 2016 todas as instituições integrantes do Combinado encontram-se dentro dos parâmetros de Basileia estabelecidos pelo Bacen.

29. Bancos correspondentes

Conforme permitido pela Resolução nº 3.263/05 do CMN, o Sistema realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

30. Compromissos, garantias e outras responsabilidades

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	2016	2015
Coobrigação por garantias prestadas		
Beneficiários de garantias prestadas	40.726	30.483
Coobrica�es em cessões de crédito	4.933	7.902
Deposit�rios de valores em custódia/garantia	7.528.975	7.077.969
Títulos em cobrança	10.309.848	5.896.088

b) Outras garantias

	2016	2015
Margem garantia BM&FBovespa	24.720	17.593
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.224	1.074

31. Cobertura de seguros

O Sistema mant m política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e opera es. A suficiência da cobertura foi

determinada pela administra o do Sistema, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

